

A transposição do Método Castilho de Portugal para o Brasil

Transposition of the Castilho method from Portugal to Brazil

Transposición del Método Castilho de Portugal a Brasil

Cesar Augusto Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7650-895X>

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar a circulação do método Castilho no Brasil, em dois territórios, o pedagógico e o educativo. O primeiro é compreendido como aquele em que a ideia sobre a proposta educativa circulou; e o segundo, onde o mesmo foi adotado. Para a sua escrita, recorreremos à imprensa, relatório de inspetores da instrução pública e, principalmente, às cartas trocadas entre o poeta português e Gonçalves Dias com o imperador Pedro II, tratando da *Leitura Repentina*. Um dos resultados, deste estudo é que o Método de Castilho foi adotado em vários territórios educativos, em especial na Província de Pernambuco e no Município Neutro, Rio de Janeiro, pelo quantitativo dos professores que ministraram aulas e abriram escola em vista dessa proposta pedagógica. Concluimos que os debates sobre os processos de ensino no Brasil no oitocentos, as maneiras pelas quais ocorreu a transposição de modelos pedagógicos de outros países, no caso particular, do Método Castilho, e as disputas entre os seus defensores e críticos são campos férteis de estudos a serem realizados pelos historiadores da educação de Portugal e do Brasil.

Palavras-chave: método Castilho; modelos pedagógicos; educação no Brasil; História da Educação.

Abstract: This article aims to analyze the circulation of the Castilho method in Brazil, in two territories, pedagogical and educational. The first is understood as the one in which the idea about the educational proposal circulated; and the second, where it was adopted. For its writing, we used the press, reports from public education inspectors and, mainly, the letters exchanged between the Portuguese poet and Gonçalves Dias with Emperor Pedro II, dealing with *Sudden Reading [Leitura Repentina]*. One of the results of this study is that the Castilho Method was adopted in several educational territories, especially in the Province of Pernambuco and the Neutral Municipality, Rio de Janeiro, due to the number of teachers who taught classes and opened schools through this pedagogical proposal. We conclude that the debates about teaching processes in Brazil in the 19th century, the ways in which the transposition of pedagogical models from other countries occurred, in particular the Castilho Method, and the disputes between its defenders and critics are fertile fields of studies to be carried out by historians of education in Portugal and Brazil.

Keywords: Castilho method; pedagogical models; education in Brazil; History of Education.



Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la circulación del método Castilho en Brasil, en dos territorios, o pedagógico y o educativo. Se entiende por el primero, aquel en el que circuló la idea sobre su propuesta educativa; y el segundo, donde fue adoptado. Para su redacción se utilizó la prensa, informes de los inspectores de educación pública y, principalmente, las cartas intercambiadas entre el poeta portugués Gonçalves Dias y el emperador Pedro II, relativas a la *Lectura Repentina*. Uno de los resultados de este estudio es que el Método Castilho fue adoptado en varios territorios educativos, especialmente en la Provincia de Pernambuco y el Municipio Neutral, Río de Janeiro, debido a la cantidad de profesores que impartieron clases y abrieron escuelas con esa propuesta pedagógica en mente. Concluimos que los debates sobre los procesos de enseñanza en Brasil en el siglo XIX, las formas en que se produjo la transposición de modelos pedagógicos de otros países, en este caso particular el Método Castilho, y las disputas entre sus defensores y críticos son campos de estudio fértiles para ser realizados por historiadores de la educación en Portugal y Brasil.

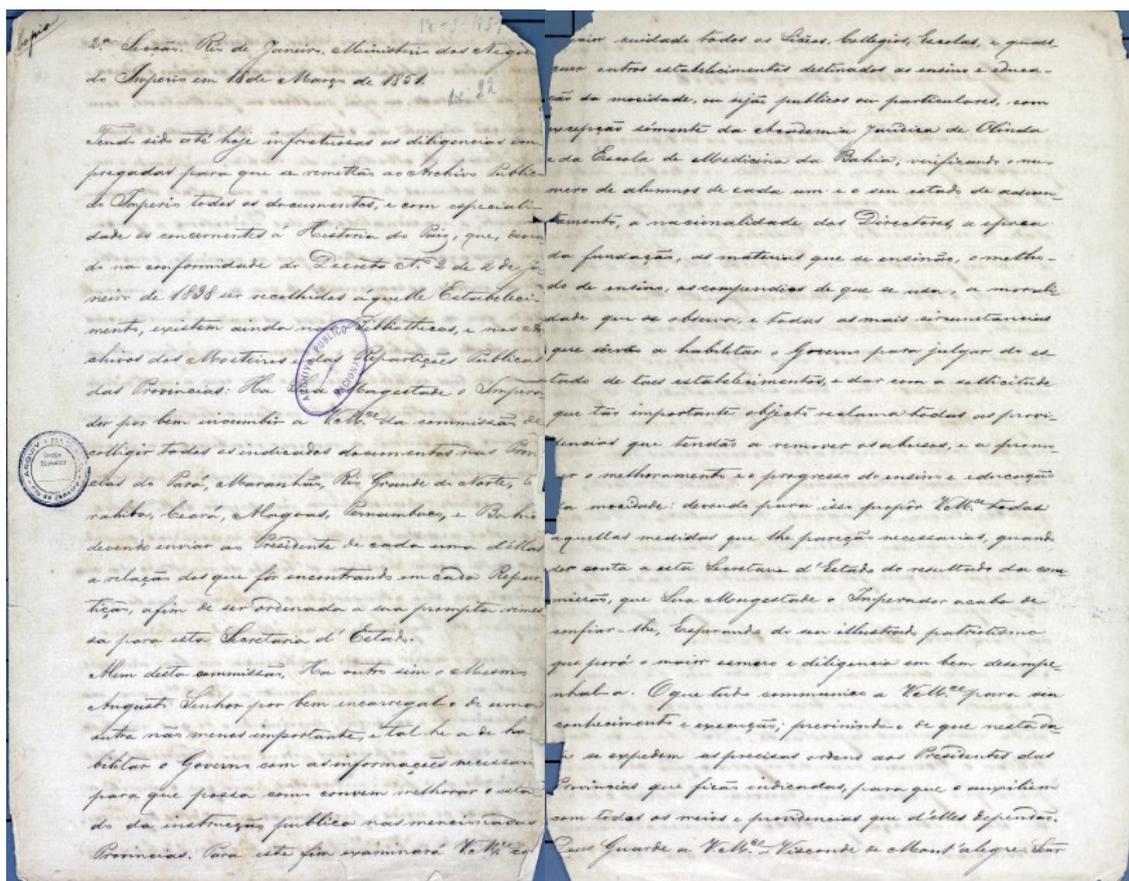
Palabras clave: método Castilho; modelos pedagógicos; educación en Brasil; Historia de la Educación.

1 Introdução

Em 1854, Gonçalves Dias recebeu de D. Pedro II a missão de coligir em arquivos e bibliotecas portuguesas de Lisboa, Porto e Évora, “[...] manuscritos e documentos relativos ao Brasil” (Leal, 1874, p. 392). Além deste objetivo a incumbência de realizar um amplo “[...] estudo sobre os métodos de ensino no velho continente” (Leal 1874, p.393) o levou a percorrer Portugal, França, Bélgica e Alemanha. Dentre esses métodos, uma tarefa especial seria compreender e avaliar a *Leitura Repentina* criado em Portugal por António Feliciano de Castilho. Segundo Sodré (1949, p. 86) “Gonçalves Dias, em missão do monarca àquele país, para fazer copiar documentos históricos nos arquivos de além-mar, [...] e convidá-lo [Castilho] para a desejada visita” ao Brasil.

A origem deste método ocorreu nos Açores, na Ilha de São Miguel, onde Castilho passou a residir em 1849 e do seu envolvimento com as Sociedades Promotora da Agricultura Micaelense e com a dos Amigos das Letras e Artes. Resultando, por conseguinte, em redes de sociabilidade com agricultores, professores, políticos, jornalistas e literatos da ilha com “ fins mutualistas e instrutivos (Magalhaes, 2010, p. 208), promovendo palestras, escrevendo em jornais - *Cartista dos Açores* e *Agricultor Micaelense* - e fomentou “[...] a disseminação da leitura, implementando cursos de alfabetização (Magalhães, 2010, p. 208).

Figura 1 – Carta de Gonçalves Dias sobre a sua nomeação para coletar dados sobre o Brasil.



Fonte: Arquivo Nacional, disponível em: <https://encurtador.com.br/qNapF>.

Castilho, na altura era um literato consagrado, o que certamente favoreceu a sua circulação e o estabelecimento de ações voltadas para a instrução primária dos moradores das diversas regiões da ilha. Esse voltar-se para o ensino, o levou a estudar um conjunto de métodos existentes e adotados à época em Portugal, resultando na criação do seu método que denominou, em princípio, de *Leitura Repentina*, que:

Assentava no domínio de um conjunto de palavras básicas, recitadas e cantadas em composições rimadas (redondilhas); numa soletração atualizada e no cruzamento da recitação daquelas pequenas mnemónicas rimadas e organizadas em pequenos textos, com os sinais gráficos e com imagens, consolidando a associação entre decodificação gráfica e fónica. [...]. O conjunto de materiais didáticos criados especificamente para o efeito, a organização da turma (com recurso a monitores) e a gradação da aprendizagem tornavam a alfabetização solúvel, para adultos e para crianças, organizados num coletivo aprendente, em espaços escolares e para escolares (Magalhães, 2010, p. 185).

Castilho a partir do seu envolvimento com a instrução pública, com a criação de um método de leitura, coloca a literatura em um *plano secundário*, ao afirmar que:

Os meus poemas são as escolas, os métodos melhorados de ensino, a instrução e a civilização dos operários, a esmola da doutrina às pobres almas infantis; porque a doutrina é moeda sem a qual esses pobrezinhos nunca chegariam, em tempo algum, a poder merecer felicidade para si, nem para as mulheres, nem para os seus filhos, se Deus lhos der, nem para a sua pátria (Castilho, 1853, p.117).

Este método foi objeto de rejeição e críticas por parte dos docentes portugueses, como é retratado por Castilho, em suas obras educativas¹. Entretanto, ressaltamos que as críticas às propostas educativas desse literato-professor serem mais “virulentas” em Portugal continental, se originaram em São Miguel, por meio das objeções às atividades da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes², por ser a instituição que adotou e operacionalizou o Método, como fica latente na seguinte transcrição:

Era santo Instituto, não era? Pois declararam guerra, puseram-lhe nomes, levantaram-lhe testemunhos pela boca pequena, enredaram com cartas anônimas, que mandaram imprimir em outras terras, imprimiram outros aleives aqui mesmo, mas com datas fingidas e de longe, *porque tamanhas vergonha eram, que, sem máscara, nem eles as ousariam; peitarem, por baixo de mão, criancinhas desvalidas a desertarem das nossas escolas, para continuarem a apodrecer na ignorância; aos que eram seus servos, proibiram-lhes frequentá-las.* (Castilho, 1849, p. 145, grifo nosso).

A Campanha Pedagógica de Castilho, iniciada em São Miguel, vem ao encontro do movimento liberal, denominado de Regeneração ou Fontismo (1851-1876), que objetivava alinhar Portugal ao restante da Europa, no que tange ao desenvolvimento tecnológico e social – estradas, pontes, portos, etc -, e conciliar os interesses da alta burguesia com os das camadas rurais e media burguesia. Esse movimento, teve em Marechal Conde de Saldanha e o Ministro Fontes Pereira de Melo, e em intelectuais como Alexandre Herculano e Almeida Garrett os principais “reformadores” da política e das ideias. Nesse contexto, a modernização e ampliação da instrução pública em todos os níveis era condição para o alcance dos seus objetivos, sendo criados liceus, escolas comerciais e industriais. No campo agrícola, em particular, foram criadas associações, exposições, e melhoria da produção com a introdução de adubos e máquinas.

Nesse sentido, Castilho, trazia em a *Felicidade pela Agricultura* (1849) os [...] princípios e as vantagens de investimento nesse setor [agrícola] como um dos fatores para o crescimento e a melhoria de qualidade de vida dos portugueses” (Castilho, 1849, p.125). De igual modo, em a *Felicidade pela Instrução* (1854) atribui à instrução pública e popular, o principal vetor para a regeneração social, cultural e educativa portuguesa. Nesse contexto, é que emerge a

¹ Felicidade pela Instrução (1854); Leitura repentina para em poucas lições se ensinar (1850); Diretório para os senhores professores das escolas primárias pelo Método Português (1854), dentre outras.

² Acreditamos que a rejeição à Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel e ao método de leitura repentina, ambos criados por Castilho partiram dos membros do partido Cartista, opositor dos setembristas, com o qual o poeta estava mais alinhado.

Leitura Repentina e que encontrou em Duque de Saldanha um dos principais apoiadores, ao abrir escolas regimentais centradas no seu método e que vai influenciar militares e políticos brasileiros em proporem a sua adoção nas escolas militares, a exemplo do deputado José Nogueira Jaguaribe, que “Solicita ao governo [Ministro da Guerra] fazer um ensaio para a adoção no Brasil do Método Castilho, que tantas vantagens [tinha] mostrado em Portugal” [...] em “[...] favor da civilização do exército” (Diário do Rio de Janeiro, 1853, p. 2), e segue:

Não me consta até a presente data que se tenha lançado mão desse método para a instrução de soldados [...]. Contudo, continuo a instar que para que o método Castilho seja experimentado, sobretudo na instrução do exército [que era] ordinariamente onerada de tantos e pesados deveres, que pouco lhe sobre para a aplicar-se à instrução primária, [...] e com o método Castilho, denominado de fácil e repentino, tenha sobre o antigo a vantagem de abreviar o tempo [...] de uma classe que dispõe de pouco tempo e que é distraída por continuas obrigações de outra ordem

Este artigo, tem o objetivo analisar a circulação do Método Castilho no Brasil, em dois territórios, o pedagógico e o educativo. O primeiro é compreendido como aquele em que a ideia sobre a proposta educativa circulou, mas não foram abertas escolas como no Maranhão, Paraíba e Mato Grosso. O segundo, onde o mesmo foi adotado, isto é, onde foram abertas salas de aula ou escolas para o ensino de crianças e jovens com base neste método, como o Pará, Piauí (Oeiras), Ceará (Sobral) e Rio Grande do Norte (Apodi), assim como em Minas Gerais (Juiz de Fora, Ubá e Belo Horizonte) e Rio Grande do Sul (Pelotas) para além de Goiás (Goiânia), e Alagoas (Maceió), sendo que na Províncias de Pernambuco, Bahia e no Município do Corte (Rio de Janeiro, Niterói, Macaé, Vassouras), foi onde houve maior número de professores e alunos ensinando e aprendendo com base na *Leitura Repentina*. Portanto, nos centramos em discorrer, neste trabalho, nos territórios onde a circulação e adoção da proposta educativa de Castilho foi mais intensa (territórios educativos).

Para a sua formulação recorreremos à imprensa do Rio de Janeiro, Pernambuco e de outros territórios, à Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil, publicada nos anos de 1857 e 1858, por Castilho e Luiz Felipe Leite, ao relatório de Abílio de Cesar Borges, na Bahia e obras de autores que tem se dedicado a pesquisas sobre António Feliciano de Castilho. Cartas, trocadas entre o poeta português e o poeta maranhense com o Imperador Pedro II, se constituíram uma fonte privilegiada na tessitura deste texto.

2 Gonçalves Dias um emissário do Imperador para Castilho

Gonçalves Dias, ao desembarcar em Lisboa em 10 de julho após cumprir o período “[...] de quarentena” (Dias, 1864, p.158) é recebido pelo poeta português, que considerava

um “[...] nome perdurável [juntamente com Alexandre Herculano e Almeida Garrett] e cujos brilhos e reflexos irradiavam “a aréola deslumbradora que os envolv[ia]” como patriarcas do romantismo português (Dias, 1864, p. 279). Ao ser recebido por Castilho e ouvi-lo sobre a sua campanha pedagógica” em prol da instrução pública, afirma que ele “não vivi[a], nem se sustenta[va] se não da sua ‘leitura repentina”” (Dias, 1864, p.159). Desse encontro Dias, manifesta interesse em visitar algumas escolas em Lisboa na companhia de poeta português e conclui que o método lhe “parecia bom”. (Dias, 1864, p.160) apesar de julgá-lo simples pela falta de “rigor” na escrita e na pronúncia, já que a proposta de simplificação da “[...] ortografia era dada às condições físicas do seu mentor” (Dias, 1864, p.160). Essas mudanças na estrutura da língua portuguesa foram criticadas pela Associação dos Professores do Reino e das Ilhas e pela Academia de Ciências de Lisboa.

Antônio Feliciano de Castilho, em seu método de ensino, concebia a ortografia como uma parte essencial do processo de alfabetização, e para tanto, deveria ser ensinada de forma sistemática e integrada ao aprendizado da leitura e da escrita, uma vez que a criança deveria aprender a escrever corretamente desde a mais tenra idade, por meio de métodos lúdicos e rítmicos, como o uso de cantos e marchas. Por sua vez, enfatizava a importância da “mnemonização” por figuras e histórias, associando letras e sons às imagens e narrativas que facilitassem a memorização e a compreensão das regras ortográficas, destacando a necessidade de exercícios práticos e repetitivos para fixar o conhecimento ortográfico, na procura por tornar o aprendizado agradável e motivador para as crianças. Assim, Castilho via a ortografia não apenas como um conjunto de regras a ser memorizado, mas como uma parte integrante do desenvolvimento da competência linguística e da capacidade de comunicação escrita das crianças.

Assim, no parecer do relatório apresentado no Conselho da Academia Real de Ciências, sessão em 6 de outubro de 1853 sobre as reformas da ortografia da língua portuguesa, Castilho descreve que:

Estas noções de gramática geral, sendo comum das linguagens todas porém mais facilmente compreensíveis quando se adaptam as falas com que nos costumamos desde os primeiros dias, estas noções, havia de haver todo o cuidado em se ministrarem muito claras, muito [...] muito simples quando possível desempilhadas de tecnologias, de nomenclaturas gregas, de definições abstratas, de divisões e subdivisões ridículas. Regras só as mais indispensáveis, definições tanto menos numerosas quanto nada há mais nevoento, repugnante e incerto que as definições inventadas pelos gramáticos (Castilho, 1853, p.1)

Sobre essas mudanças a Associação de Professores, argumenta que a proposta de Castilho “[...] era um perfeito engano [...] para a correção da pronúncia, a reforma da ter-

minologia da plebe” (Associação, 1856, p. 20); que era “[...] inadmissível que por meio do canto se corrigi[sse] mais depressa e melhor os defeitos da pronúncia” (Associação, 1856, p. 22) e que a leitura repentina, não “apresentava melhores resultados” (Associação, 1856, p. 23) que o ensinado pelos métodos antigos. Críticas que Castilho, refuta ao afirmar que:

O hábito de analisar miúda, precisa e reiteradamente, as letras com que as palavras se escrevem, fixa na memória a ortografia. O hábito de caracterizar a leitura em coro, as quantidades e tons das pausas dos períodos, faz apresentar a pontuação correta propiciando uma aprendizagem rápida e aprazível (Castilho, 1909, p.159).

Em tratando, desse assunto, Boto (2012, p.187) afirma que:

A rejeição da nova ortografia decorria do fato de sua utilização vir a contrariar o que se denomina de ‘índole da língua portuguesa’, que não pode renegar as de se descende, sem que se transforme numa algarvia inteligível. Tal modificação dos códigos linguísticos tradicionais agiria no sentido de dificultar o estudo das línguas estrangeiras, além de exigir a tradução de todos os livros publicados até então em língua portuguesa.

Do encontro com Castilho, com Gonçalves Dias, o educador português, comunica que estava “pronto [para viajar] para o Rio de Janeiro em dezembro deste ano [1854]” (Dias, 1854, p.158), com a finalidade de divulgar o seu método de ensino. Dias, contudo, o alertava das objeções “[...] que vai encontrar aí – mais ou menos fecunda” (Dias, 1864, p.159). Essa observação de Dias à Castilho, possivelmente se refira à época em circulavam na imprensa, entre professores e diretores de escolas, críticas ao método e a seu autor, julgando-se que essa proposta pedagógica não atendia ao fim a que se destinava; isto é, ser capaz de oferecer uma aprendizagem rápida e prazerosa e, por conseguinte, mais vantajosa frente a outros modelos em voga em Portugal e que transformaria as escolas em espaços em que todos teriam interesses em permanecer e conviver ao invés dos castigos físicos que afastava a tudo e a todos das instituições de ensino. Para Castilho, essa era a diferença entre o seu método, denominado de moderno em oposição ao Método Antigo, ministrado por “professores orangotangos” e com alunos tristes e incapazes de manter o gosto e interesse pelo estudo e pela aprendizagem.

Dias, com a finalidade do Imperador Pedro II, ter conhecimentos sobre o método de Castilho, envia as três edições do compêndio e relatava que:

Visitei algumas aulas do Srn. Castilho, estudei mais ou menos o seu método vi-o praticando sob a sua inspeção e *remeto* igualmente a S. Exa. *as três edições que tem aparecido do Compêndio*, enquanto espero alguns esclarecimentos para poder passar a limpo a minha informação. Passo também a S. Exa. *duas amostras de*

papel vidro destinados para os exercícios de escrita que o Sr. Castilho procura introduzir em Portugal. Talvez haja economia em os admitir nas escolas supridas pelo governo [brasileiro] (Dias, 1864, p. 225, grifo nosso).

No livro, *Diretório para os senhores professores das escolas primárias pelo Método português* (1854), Castilho apresenta as instruções sobre materiais e as técnicas para a aplicação da sua proposta, dentre os quais o papel vidro, que Dias, recomenda para a adoção nas escolas brasileiras. “Papel vidro é um painel de vidro rosado e fosco com um translado de belas letras”. (Castilho, 1854, p. 3). Para o seu uso os alunos pegariam no lápis tal qual haviam feito nas ardósias e cobriam as letras ou figuras desenhadas como debaixo lhes aparecia.

Quando o mestre reconhece que já calçam bem todos os diversos translados de dentro dos painéis, coloca um translado diante de cada aluno, para que ele agora em vez de calçar, copie. Nesta parte do exercício, teima por muitos dias, até que executem as cópias com a desejada regularidade; obtido o que, passa ao terceiro e último exercício da escrita

Dias, atendia desse modo as determinações do Imperador e cumpria o roteiro de atividades ordenadas pelo Ministro do Império. Para tanto sugere ao governo brasileiro que “[...] visse as condições com que algum dos professores-alunos deste Método se proporia a vir ensiná-lo no Brasil” (Dias, 1864, p. 230). Dias, relata que havia percorrido “todas as escolas destas existentes em Lisboa na companhia do próprio Castilho. Dessas visitas, conclui que o método parecia “vantajoso”. Contudo, ressalta que “[...] não abri com o Srn. Castilho [para viajar para o Brasil], por ter-lhe ouvido e lido nos jornais que ele se propunha a ir em pessoa para o Rio para plantar o seu método” (Dias, 1864, p. 230).

Esse interesse de Castilho foi manifesta “outras [duas anteriores] em que aquele Snr. parece ter tentado essa viagem (p. 230). A primeira antes da mudança para a Ilha de São Miguel, nos Açores. Segundo ele, “hesit[ara] algum tempo entre as atrações do Brasil e as de Açores; [mas] os Açores por mais a mão prevaleceram” (O Cartista dos Açores, 1847, p. 34). A segunda, quando do seu retorno para Lisboa. Ambas justificadas por problemas financeiros e pelas críticas que recebeu o seu método dos professores e da Academia de Ciências de Lisboa. A terceira, a que apresenta interesse a Gonçalves Dias, que se realizará, em 1853.

Em artigo publicado no Jornal *O Constitucional: folha política, literária e comercial*, da Bahia, descreve os motivos pelos quais Castilho, não imigra para o Brasil, depois de deixar os Açores e o reconhecimento a seu talento poético pela corte portuguesa: Esse texto, longo, nos parece resumir a trajetória de Castilho e do seu método, as dificuldades para

mantê-lo em funcionamento e as condições financeiras que estiveram presente em toda a sua trajetória pessoal, literária e educativa.

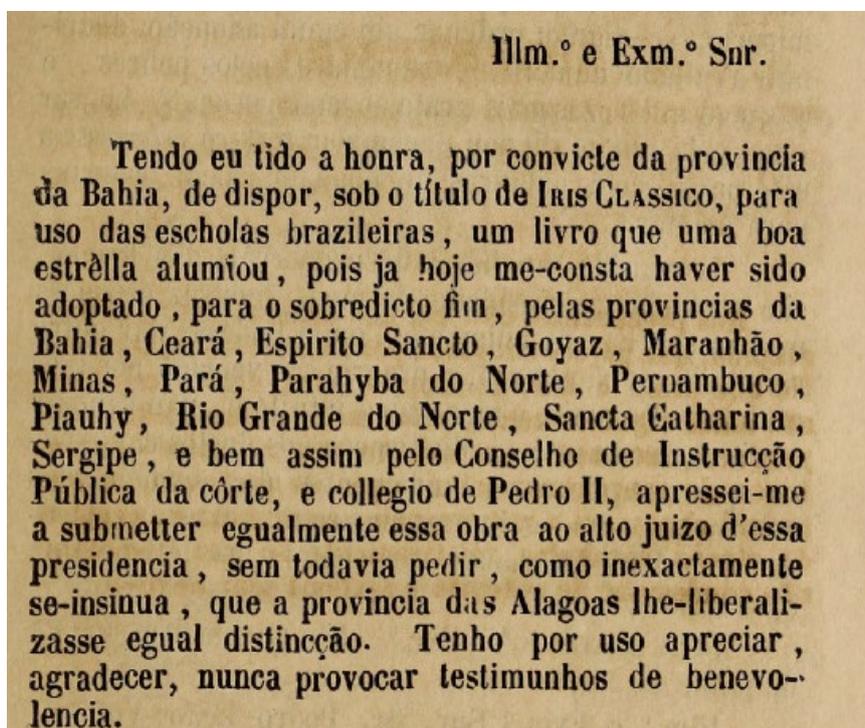
Por pouco que o Brasil não ia receber em solo hospitaleiro o maior poeta e o mais elegante e florido prosador português de que hoje nos podemos ufanar. O Dr. António Feliciano de Castilho. Não tendo podido prosperar, por falta de recursos pecuniários, o colégio chamado do Pórtico, fundado em 1859 (sic) , o ilustre escritor, encarregado de família, vi-o sem outro meio de substância, além da modica pensão de 400\$000 rs. Resolverá portanto transporta-se a esse império, e como extremoso pai ir preparar um melhor futuro a seus cinco filhos, que tenciona, apenas chegando, fazer naturalizar Brasileiros; no que por certo muito lucraria o Brasil no interesse da sua glória, porque principalmente o mais velho, que apenas conta 12 anos, é um verdadeiro portento do engenho e compreensão, e já faz, sem auxilio estanho, muito mimosos vê-los. Esta resolução, porém, felizmente para Portugal, acha-se pelo menos adiada. Ele o havia anunciado em um dos seus últimos *saraus artísticos-literários*, em termos aliás cheio e modéstia, manifestando ao mesmo tempo a grande confiança que tinha no amor que o novo, rico e vastíssimo império *transatlântico* , mostra consagrar a instrução pública e às letras amena, não menos que na benevolência que o seu augusto imperador a ele próprio se tinha dignado mostrar, nomeando-o fidalgo da sua imperial casa e oficial da Rosa, em agradecimento de haver dedicado a S. Majestade o seu drama Camões, etc. O nosso governo, porém, ao saber, desse determinação do insigne poeta, julgando ser um desdouro na reputação do país, se se permitisse que a levasse a efeito, mostrou desejo de o impedir, fazendo-lhe esperar que com brevidade o colocaria em uma posição, senão tão vantajosa como ele merecia, e o governo desejava, ao mesmo tal que em benefício da pátria, houvesse de renunciar ao seu projeto. Também, por esta ocasião recebeu Dr. Castilho um testemunho de apreço que suas Majestades fazem do seu destríssimo merecimento. A rainha havia dignado aceitar a homenagem de uma *Estreia Poética*, contendo uma coleção dos lindos e magníficos hinos ultimamente por ele compostos, e o príncipe real a dedicatória da segunda edição do Método de Leitura Castilho. S. Majestade agradeceu ao exímio e inspirado vate presenteando-o com uma rica caixa de tabaco, ornada de brilhantes, e S; A. real brindou o ínclito, generoso e zelosíssimo mestre da infância portuguesa, com uma caixa também de ouro de primoroso lavor, em que está engastado um magnifico camafeu de grande valor (Exterior, 1853, p.1)

Em carta a Pedro II, datada de 12 de abril de 1853, Castilho, após o seu retorno dos Açores, manifesta o seu desejo de imigrar para o Brasil. Período também em que em Portugal o seu métodos de leitura sofrem as maiores objeções pelos professores, o silêncio da Academia de Ciências de Lisboa, do Conselho da Instrução Pública e outras virulentas críticas, a sua Campanha Pedagógica e ao autor.

Desde logo, senhor, concebi o projeto de me transladar com minha família para o feliz Império e ótima sombra do trono de Vossa Majestade; para oferecer meus filhos no seu glorioso serviço, e solicitar para mim a honra incomparável de obedecer ao ardente e perpétuo desejo de Vossa Majestade Imperial com a difusão dos estudos primários pelo método fáceis e aprazíveis que tive a fortuna de criar, e de ver maravilhosamente propagados por todo o reino, e carregados por toda a parte de opulentos frutos (Sodré, 1949, p.93).

Qual o interesse de Castilho pelo Brasil? Algumas razões podem responder a essa questão. A primeira as relações familiares, posto que seu irmão José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, desde 1846, aqui residia e destacava-se no meio escolar pelo livro *Iris Clássico*, publicado na Província de Alagoas. Sobre essa obra Castilho descreve que:

Figura 2 – Trecho da apresentação da obra *Iris Clássico*, por A. F. de Castilho.



Fonte: Noronha (1860- Advertência).

Outra justificativa é a vastidão do território brasileiro, o vigor de todos os seus recursos, que elevava ao grau de influência política, “de que só o fará participar o seu desenvolvimento intelectual” (Castilho; Leite, 1857, p.12). Para além disso, Castilho, como literato era conhecido pelas suas obras, que eram vendidas em casas comerciais e divulgadas na imprensa em todo o Brasil, a exemplo da *Gazeta Mercantil* (Rio de Janeiro), *Diário de Pernambuco* e o *Publicador Maranhense* e, talvez uma das mais relevantes, admiração a Pedro II, “[...] um príncipe que na flor da idade é já maduro para a sabedoria; que ama e

pratica as letras, como as virtudes; e por quem o maior império se tornará também o mais ditoso” (Sodré, 1849, p. 86).

A justificativa de Castilho para a tentativa de viajar ao Brasil, fora a mesma adotada quando da sua ida para os Açores; a ordem econômica. De modo a impedir essa imigração forçada o Deputado, Cunha Sotto-Maior reivindica a Câmara do Deputados de Portugal, em 11 de abril de 1853 a concessão de recursos financeiros que o ajudasse em suas necessidades financeiras.

Corre por aí, e corre com muita certeza a triste notícia, de que o Sr. Dr. Antônio Feliciano está definitivamente resolvido a sair de Portugal para o Brasil no dia 13 ou 14 do corrente mês, a fim de ir, aos 53 anos de idade, procurar, naquele império, os meios que aqui lhe faltam, para alimentar sua família, e tratar da educação dos seus filhinhos. Consentiria a Câmara [dos Deputados] que, por semelhante causa, saísse de Portugal para reino estrangeiro, esse homem singular e verdadeiramente extraordinário [...] esse verdadeiro amigo da humanidade [...] [que empregou] todo o seu talento, todas as suas meditações, e todo o seu tempo [a] inventar [...] um método simples, ameno e recreativo, pelo qual se pode aprender [...]. Requeiro que o Governo, por meio do Sr. Ministro competente, venha, quanto antes, propor a esta Câmara os meios, que lhe parecem mais conveniente, para remover a causa que obriga o Sr. António Feliciano de Castilho, a sair do país. (Câmara, 1853, p.1)

Como forma de atender as suas necessidades desse “homem singular e verdadeiramente extraordinário” e da sua família é nomeado *Comissário Geral da Instrução Pública pelo Método Português*, que atribui a Castilho o poder para controlar, difundir o seu método e, criticar, os outros adotados em Portugal. A respeito do assunto, Castilho, relata que:

Tudo estava prestes para a partida; já às saudades da pátria eu estava pondo no íntimo do peito os amores de uma pátria nova para meus filhos; o navio que me leva a um irmão [José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha], e por ele está respeitosa carta, ia leva-me enfim; quando um acontecimento imprevisto e de força irresistível para uma alma de bem, me veio de novo prender na terra de nascimento” (Sodré, 1949, p.93).

Entretanto, apesar de toda a movimento de Castilho, das relações que estabelece com seus defensores e intelectuais portugueses, o seu método não alcançou os resultados almejados; isto é, que se tornasse único adotado em Portugal.

Esse desejo de Castilho de visitar o Brasil, abortado por duas vezes, se realiza com uma finalidade específica de divulgar a sua *Leitura Repentina* para os professores e obter o apoio de Pedro II para a sua adoção no território nacional. Com essa finalidade, promove curso, escreve em jornais, tal como havia realizado em Lisboa, Porto, Leira e Coimbra, para cooptar adeptos para a sua Campanha Pedagógica. No Rio de Janeiro o seu método espalha-se para outras

localidades, em especial, nas Províncias do Norte. Entretanto, como em sua terra natal, encontrou objeções, que tinha, em certa medida, diferença das que encontrou em Portugal.

3 Ecos da voz de Castilho no Brasil

Ao atravessar o além-mar, António Feliciano de Castilho (1800-1875) almejava divulgar seu método de ensino de leitura e escrita, elaborado a partir de uma escola intitulada por ele próprio como atrevida e moderna. Essas ideias pedagógicas que atravessam o além-mar ecoavam o som da voz do poeta que clamava pela defesa de uma escola regeneradora da sociedade, a partir de um projeto liberal, civilizador e cristão (Boto; Rocha; Albuquerque, 2023, p.10).

Para Castelo-Branco, a vinda de Castilho para o Brasil ocorreu pelo fato de que “[...] não consegue impor o seu método como oficial e adotado no plano nacional” (1977, p. 33). Corroboramos com o autor, mas acrescentamos que, havia outros motivos a) concebia o Brasil como uma terra nova e de oportunidades; b) seu nome consagrado como literato e; c) os constantes convites do seu irmão José Feliciano de Castilho Barreto de Noronha “para uma saltada ao Rio” (Sodré, 1949, p.93; d) pelas “provas especiais e inequívocas de apreço” do Imperador para com o poeta” (Sodré, 1949, p. 88)

Em dia 17 de janeiro de 1855, a bordo do navio inglês Great Western, “desponta em nosso belo horizonte uma fulgurante estrela do céu lusitano, deixado o soberbo Tejo para vir espelhar-se à nossa majestosa Guanabara” (Diário, 1855, p. 3), era “O digno vate português, cuja lira ressoou harmoniosa em nossa alma, distinto literato o sr. Antônio Feliciano de Castilho” (Castelo-Branco, 1977, p. 34), passando a residir durante a sua estada no Rio de Janeiro na Rua da Misericórdia.

Quando da chegada, manteve contatos com Pedro II, que se encontrava em Petrópolis, situação “corriqueira” entre ambos, na medida em que as correspondências entre o monarca e o poeta eram frequentes, assim como com Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, dentre outros; mas “Com Castilho, manteve o imperador um longo contato espiritual. Pedro II [o] convidou ao Brasil afim de estabelecer o seu programa de ensino primário” (Sodré, 1949, p. 82). Ressaltamos que, o poeta português, “[...] manifestava admiração pelo imperador [...] [desde] a sua estada nos Açores, em 1849, quando dedica a obra Camões, a “sua Majestade” o senhor dom Pedro Segundo, imperador do Brasil” (Sodré, 1949, p. 86).

Em correspondências a Pedro II, datadas antes e depois da sua vinda para o Brasil, descreve o seu método e o alcance em Portugal. Seria essas cartas que estimulou o convite do imperador para a “desejada visita? (Sodré, 1949, p. 86). Em uma delas, Castilho, relatava que:

Os meus esforços para a instrução primária, de que nasceram por meio ano, mais de cem escolas, gratuitas, das quais todos os dias estão pulando escolas novas [...] a abertura de cada aula era uma verdadeira festa para os da terra, e uma estrondosa ovação para mim, autoridades administrativas, municipais, eclesiásticas, militares, me felicitam, associando-se a minha empresa [...] Sua Majestade Fidélíssima, a augusta irmã de Vossa Majestade Imperial, visitou, mais de uma vez, as novas aulas, ela mesma [...] (Sodré, 1949, p. 86).

Entretanto, antes da sua chegada no Brasil – além das cartas descritivas do Método ao imperador - o seu método, como dito anteriormente, já havia sido recomendado, em “21 de junho de 1853 pelo deputado José Nogueira de Jaguaribe” (Câmara, 1853, p.1), para que fosse adotado nas escolas regimentais. Contudo, é Jose Vicente Martins, o maior propagandista Método Castilho, quando afirma que:

Em Lisboa e no Porto assistia lições e exercícios no MÉTODO CASTILHO, de leitura repentina, e posto que já satisfeito dos resultados que o vi, deixei-me ficar à espera até a experiência aperfeiçoasse o método, e a opinião pública o sancionasse, para não ter de lutar com tantas dificuldades quem quiser [adotar] esse método no Brasil” (Câmara, 1853, p.1, grifo do autor).

Com a finalidade de divulgá-lo no Brasil, Vicente Martins, publica em 1854, no Rio de Janeiro, a *Cartilha de leitura repentina, ou plágio do Método Castilho*, que segundo o médico homeopata

[...] tive intenção de reimprimir o Método Castilho, tal qual, para o vulgarizar; mas não desejando prejudicar o autor, e depois de uma correspondência particular que tive com seu irmão José, limitei-me a publicar esta cartilha, que é um plágio do método, e por isso mesmo lhe dá maior merecimento. Plagiário, como tantos escritores celebres, valha-me para desculpa a sinceridade com que confesso o meu pecado. Eu queria firmemente que este método se propagasse no Brasil, porque é bom; e o meu querer tem já por costume antigo desviar os maiores tropeços do seu caminho. Eis aqui a cartilha para aprender-se a ler brincando, louvando a Deus, e agradecendo ao velho cego a luz e a vida, que distribuí pelos pobres meninos ignorantes, por esses que mais amados são de Deus e mais dignos de o ser. Cada câmara municipal do império pode mandar buscar um exemplar desta cartilha ou plágio para o fazer seguir n’alguma escola gratuita do seu município. De graça lho darei, e de muita boa vontade (Martins, 1854, p. 12).

Segundo Boto, Rocha e Albuquerque (2025), nessa obra, o autor, explica o método, as mobílias para a sua aplicação e a “disposição de pessoal numa sala de aula de leitura repentina” (2025, p.15). Explicações marcadas no decorrer do livro, ou em notas de rodapé

ou dentro de parênteses. Mas ao mesmo tempo em que segue a proposta de Castilho exerce “todo um movimento de apropriação e reinvenção daquilo que suponha plagiar” (2025, p.18).

Com a finalidade dessa expansão do método de Castilho, João Vicente, em 1853, abre uma escola, em sua residência, em parceria com o padre João Soares de Souza, o Colégio de São Januário para meninos menores de 12 anos que não tinha instrução primária, filhos de pais pobres e que desejassem ler por esse método, e como estímulo à aprendizagem oferecia o prêmio de “[...] cinquenta mil reis [a quem] satisfazer melhor o exame” (Colégio, 1853, p.1). Antes, da sua iniciativa escolar, Augusto Emilio Zaluar já havia aberto uma escola centrada no Método, como anunciava n’*O Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro de 7 de setembro de 1853.

Ilmo. Sr. pelo método de leitura repentina do Sr. A. F. de Castilho, tenho resolvido admitir grátis no meu estabelecimento colegial, 12 alunos externos, que sejam de famílias pobres residentes nesta freguesia [da Glória][...] Portanto, as pessoas que estiverem no caso de gozarem de espontâneo oferecimento do Ilmo. Sr. Zaluar munidos dos seus respectivos documentos, compare[ça] neste juízo, até o 1º de outubro. Além de obter a guia que deve ser apresentada àquele senhor, para a admissão de alunos pobres (Colégio, 1853, p.1)

Portanto, havia um terreno fértil para Castilho plantar suas ideias pedagógicas no Brasil, que após “um agradável colóquio de cerca de uma hora” (Castelo Branco) com o Imperador, é autorizado a ministrar o seu curso, com a mesma finalidade realizado em Leiria, Coimbra, Lisboa e Porto; divulgar e formar adeptos ao seu método, como escreve Castilho

Há dois anos, senhor, apenas cá me soou que Vossa Majestade não seria descontente em reconhecer na prática o método português, de que a teoria só por si lhe dava cabal ideia, apresentei-me sem mais convite nessa corte, pedi e alcancei do governo de Vossa Majestade autorização para aí reger um curso normal (Sodrê, 1949, p.86).

Castilho no Brasil, segue a sua campanha pedagógica iniciada em várias cidades portuguesas. Em seguida a autorização do Imperador inicia os preparativos junto às autoridades do governo e, em 22 de março de 1855, é aberta a sua aula de *Leitura Repentina*. Este curso é amplamente divulgado pela imprensa em várias províncias como Pernambuco, Bahia e Maranhão, por exemplo. *O Jornal do Comércio* (1855), do Rio de Janeiro, ao publicar matéria sobre o assunto informava que:

O sr. Castilho abre hoje sua aula de leitura repentina aos professores públicos e particulares e todas as pessoas que a ele queiram assistir. O ilustre poeta já lutou em Portugal onde introduziu o seu nome a um sistema de rápido ensino e pretende

fazer o mesmo na capital do país. O Rio de Janeiro acolhe sempre com benevolência a todo o estrangeiro, estamos certos que o Sr. Castilho será também recebido com geral consideração do Rio de Janeiro para outros lugares do Brasil (Leitura repentina, 1855, p. 2)

Castilho, tal qual em Portugal, vai travar disputas com “[...] diversos sujeitos [...] brasileiros que para ele se tornaram seus oponentes” (Albuquerque, 2025, p.3). Embates que levou, “[...] inclusive [à] interrupção do seu Curso” (Albuquerque, 2023, p.158) com 589 inscritos. “Após esse acontecimento, Castilho propôs aos interessados repor as 30 aulas em sua casa; [mas] somente 21 participantes aceitaram a proposta” (Albuquerque, 2023, p.160).

Entretanto, há diferenças marcantes entre os opositores dos dois países. Em Portugal, as objeções foram mais virulentas porque não somente atingiam a proposta pedagógica; mas, também, o seu autor, como fica latente nas refutações de Castilho à Associação de Professores do Reino e Ilhas, publicadas na obra *Respostas aos Novíssimos Impugnadores do Método Português* (1909). Já no Brasil as críticas, ficaram centradas em alguns professores, a exemplo de Costa Azevedo e Francisco Cristiano Valdonato (Rio de Janeiro) e José Alexandre Passos (Alagoas). Em Portugal, as críticas advinham dos professores e da sua Associação, da Academia de Ciências de Lisboa e do Conselho da Instrução Pública, em Coimbra. Em ambos territórios, a presença da monarquia, foi fundamental para a expansão do método, tanto lá como cá. Em Portugal, ao ser nomeado pela rainha como Comissário Geral da Instrução Pública pelo Método Português; no Brasil pelo convite enviado por Pedro II às províncias para indicar professores para que frequentassem o curso de Castilho no Rio de Janeiro.

Em comum foram as disputas entre métodos de ensino: em Portugal, entre o *Método Antigo* e o *Moderno* de Castilho; no Brasil, entre a sua proposta de ensino e o método de leitura elaborado por Costa Azevedo e Valdonato, um “plagiador de Jacotot” (Albuquerque, 2023, p. 166) e em Alagoas pela preferência de Francisco José Soares em lugar de Ignacio José Passos para ir ao Rio de Janeiro como aprendiz de Castilho. No Brasil a defesa de uma instrução pública nacionalista e em Portugal pela necessidade de nacionalizar o ensino, daí denominar na terceira edição de *Método Português Castilho*.

Sobre seus opositores do Rio de Janeiro, Costa Azevedo e Valdonato, Castilho em carta a sua esposa, os descreve como:

Dois traquinas literários com muita basófia, num discurso muito sobrecarregado de encômios a mim, como escritor e poeta, e muito revestidos de fórmulas hipócritas, procuraram suscitar (e com efeito suscitaram) uma cizânia de nacionalidade chocha, dizendo que também havia aqui, impresso, há vinte e um anos, um Método de leitura, coisa grande, feito por um grande homem, em quem a maior parte deles mesmos nua ouvira falar, chamado José da Costa Azevedo; que decerto não teria tirado dele o meu, mas que me havia com ele encontrado; que por aquele método

se aprendia em seis meses, como se podia ver num colégio desta cidade, etc, etc, etc... (Castelo-Branco, 1975, p. 286 *apud* Albuquerque, 2023, p.167)

No Maranhão, um terreno pedagógico do método, o professor F.L.F, refuta a proposta da Assembleia Legislativa de mandar um professor para o Rio de Janeiro para frequentar as aulas de Castilho, ao afirmar que:

Vendo [...] o projeto de lei apresentados [...] [que] pretendem que se autorize o governo da província mandar um professor de primeiras letras, ou qualquer outra pessoa habilitada, estudar [...] o método Castilho, afim de o praticar na província, julguei não ser fora de propósito dizer duas palavras pela imprensa a respeito da utilidade, ou antes da inutilidade dessa disposição. Tenho seis filhos, e fui o mestre de primeiras letras de todos eles, e de alguns filhos alheios [...] ensinei-os por diversos métodos, tenho ideias do de Castilho e não espero nada dele. Este método foi ensaiado no Rio de Janeiro pelo seu próprio autor, e não está ainda generalizado pelas aulas públicas, o que não deixaria de acontecer se ele tivesse triunfado. Que de melhor para o Maranhão do que ver a corte fazer à sua custa tão duvidoso ensaio estando a testa dele o próprio autor! Espere o Maranhão um pouco e livrar-se-á de abraçar uma quimera por um melhoramento. Esta é a humilde opinião do seu constante leitor (Correspondência, 1856, p.2).

Contudo apesar da rejeição ao Método de Castilho no Brasil ter se feito presente, os seus apoiadores, nos parece, que não ficaram somente em adotá-lo; mas principalmente, em produzir compêndios sobre o método. Jose Vicente Martins, em *Cartilha de Leitura repentina* ou plágio do método Castilho (1854) e Antônio Gentil Ibirapitanga (Bahia) em três obras: *Coleção de lições de manuscrito*, (1855); *Compendio Ortográfico para uso dos meninos da instrução publica pela método português* (1855) e *Coleções de regras e exercícios para o ensino das primeiras letras pelo método Castilho* (1855). Em Portugal, essa atividade ficou restrita, nos parece, a Felipe Leite, na obra *Exercícios de Leitura Manuscrita* (1852).

Figura 3 – Livros publicados com base no Método de Castilho (Brasil e Portugal).



Fonte: Acervo do Autor.

Essas obras, o curso ministrado por Castilho no Rio de Janeiro a professores de várias províncias e os comentários na imprensa sobre o Método, contribuíram para a sua adoção e implantação em vários territórios educativos do Brasil, como descrevemos a seguir:

Quadro – Territórios educativos e professores do Método Castilho no Brasil³.

TERRITÓRIOS	PROFESSOR(ES)
Alagoas	José Francisco Soares Pe. Maciel (sobrenome não identificado)
Bahia	Antônio Gentil Ibirapitanga Felipe José Alberto
Ceará (Sobral)	Frederico Costa Rubin

³ Informações coletadas em jornais de diversas províncias brasileiras que se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Goiás	Feliciano Primo Jardim
Minas Gerais	Antônio Pedro Pinto
Pará	Francisco Malaquias Soares
Paraná	Antônio Pereira da Costa Fonseca Prof. Cleto (sobrenome não identificado)
Pernambuco	Francisco de Freitas Gambôa Priscila Senhorinha Mendes Albuquerque Pe. Bernardo Fernandes Viana Manoel José de Farias Simões Menna Callado da Fonseca Bernardes Fernandes Vianna Antônio Inácio da Silva (Colégio N. S. do Bom Conselho) Pe. Lopes (sobrenome não identificado) André Alves da Fonseca Junior
Rio Grande do Sul	Antônio Gonçalves Viana Diniz
Rio de Janeiro	José Vicente Martins Augusto Emilio Zaluar Pe. João Soares de Souza Firmina (sobrenome não identificado) José Pacheco de Mendonça Martinianno Antônio Pereira Valentim José da Silveira Lopes

Fonte: O autor.

Por esse quadro podemos observar que o Método de Castilho foi adotado em vários territórios educativos, em especial na Província de Pernambuco e no Município Neutro, Rio de Janeiro, pelo quantitativo dos professores que ministraram aulas e abriram escola por meio dessa proposta pedagógica. Da mesma forma, que nas Províncias do Norte, onde ocorreu a maior incidência de adoção, isso deu-se, provavelmente, pela presença de docentes da região no curso ministrado por Castilho no Rio de Janeiro e pela defesa e empenho dos professores Antônio Gentil Ibirapitanga e Francisco de Freitas Gambôa e, em especial, pela recomendação da sua aplicação como método renovador da instrução pública brasileira por Abílio Cesar Borges, na altura, inspetor da instrução pública da Bahia.

3 O Método Castilho na Bahia e Pernambuco

O Método de Castilho, tanto em Portugal como no Brasil angariou inimigos, mas também aplicadores e defensores dessa proposta de ensino em prol da leitura e escrita. Esses defensores, nos dois territórios utilizavam a imprensa para manifestar opiniões sobre as vantagens desse “[...] método divino, [...] verdadeira carta de alforria e redenção da

infância” (Borges, 1856, p. 52). No Brasil, os defensores do Método, como estratégia de divulgá-lo e adaptá-lo a realidade nacional, discursam nas tribunas do Congresso Legislativos, como José Nogueira Jaguaribe, publicavam textos, abrem escolas e salas de aula e, a exemplo:

[...] os Silveiras Lopes, da capital deste império; os Ibirapitangas, e Albertos, da Bahia; os Soares, de Alagoas; os Mennas, os Drimons, os Farias Simões, Fonecas, Silvas, Viannas, Maximos Figueiredos, e Adrianos, de Pernambuco; os Carneiros da Cunha, os Liberatos, no Rio Grande; os Ruys Florencio, e padre Medeiros, no Apodi e Ceará (Castilho; Leite, 1857, p. 1).

Isto posto, evidencia a expansão do método por vários territórios brasileiros. Em carta, a Pedro II, Castilho, informa que esse fruto foi colhido “em muitas povoações do império”, trazendo benefícios para a instrução primária e apela ao monarca para amparar e “interceder em favor de todas as crianças”, como abaixo, citamos:

Como o regi, sabe-o Vossa Majestade, pois me fez a honra de o presenciar; que *frutos se puderam ter colhido*, sabem-no já por se estarem neles saboreando, *muitas povoações do Império*: Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande, Piauí, Apodi, Ceará. Todavia, já que a verdade nem a Deus nem aos reis se há de encobrir, o grande benefício da escola primária, regenerada segundo o espírito do século, os aforismos da ciência, e os ditames da caridade, continua a ser para a imensa maioria desperdiçado; lástima não pequena, da qual, se o presente se não sabe ainda queixar, muito poderão arguir a esta idade egoísta os futuros amigos do gênero humano. Senhor! quem exorou a Vossas Majestades em favor de um velho, como deixaria de interceder em favor de todas as crianças? Se a felicidade de uma só choupana é tanto, que não será a de todo um Império? Feliz Vossa Majestade, que a tem fechada com o cetro em sua mão imperial. É por isso que eu aspiro com tão importunas súplicas, a que Vossa Majestade, vendo experiências, em e conscienciosamente feitas sob os seus próprios olhos, se inteire da verdade pela clareza do seu muito juízo; e, reconhecida ela, lhe dê amparo de Tito em seus estados. Senhor! a história nem sempre há de ser inútil. Um homem obscuro, desprezado, escarneado como visionário, tinha um mundo para dar, e andou-o oferecendo em vão de trono em trono. Logo que um lho aceitou, brotou do nada essa América; inteirou-se o planeta com o seu hemisfério mais formoso (Sodré, 1949, p. 91).

A expansão do Método, encontra terreno fértil na Bahia e Pernambuco, principalmente. Sendo, na primeira província o maior e importante defensor desse “[...] grandioso invento do profundo filosofo e poeta português o Sr. Conselheiro A. F. de Castilho” (Bahia, 1856, p. 51) foi Abílio Cesar Borges, que em relatório sobre a instrução publica baiana, em 1856, relatava, que em princípio tinha suas “prevenções” em relação à proposta de ensino de Castilho, até que viu Antônio Gentil Ibirapitanga, aplicando-o em sala de aula e, princi-

palmente, depois da “[...] conversação que ao respeito houve entre [ele] e o seu erudito autor no Rio de Janeiro” (Bahia, 1856, p. 51). Sobre as aulas do “apóstolo cordial do método” (Bahia, 1856, p. 52), na Bahia, o professor Felipe José Alberto, descreve Cesar Borges que:

Fui tomado de admiração, dominado de uma espécie de magia, ao notar os artifícios diversos de naturalíssimos com que o método Castilho facilita o desenvolvimento da memória e do entendimento, donde resulta o gosto e o acelerado aproveitamento: - ali se acham as matérias de ensino tão simples e naturalmente encadeadas. Filiadas por tal arte, que parte do simplicíssimo para o simples, deste para o menos e mais composto, marchando sempre a inteligência do conhecido para o desconhecido, por uma gradação tão doce e imperceptível, que o espírito da criança se vai como deslizando por tudo com satisfação e presença indizíveis, satisfação e presteza que mais se aumentam toda a amenidade e infantilidade, se assim me consentem dizer, da maravilhosa produção do grande talento português (Bahia, 1856, p. 53).

Se na Província da Bahia o Método Castilho, teve aceitação, em Pernambuco, foi onde houve maior circulação das ideias na imprensa e na abertura de escolas (noturnas, regimentais, privadas e públicas), a partir da criação da *Escola Central do Método Castilho*, pelo Professor Francisco de Freitas Gambôa. Essa Escola tornou-se a referência como lugar de aplicação do método para outras províncias do Norte, a exemplo do Ceará (Sobral) e Rio Grande do Norte (Apodi), em que em carta a Gambôa, o professor Joaquim Frederico da Costa Rubin expõe:

MÉTODO CASTILHO

Sobral, 5 de fevereiro de 1860

Ilmo. Sr. Francisco de Freitas Gamboa – o método aqui vai em progresso do que lhe poderá informar o portador desta que é o Sr. Manoel Afonso Aquino de Albuquerque, negociante que tem nesta aula um menino de 5 anos de idade e desta idade tenho muito, o que prova a gosto e adiantamento que tem havido, embora alguns inimigos do progresso esbravejem, enraiveçam-se e motejem o método português, que havendo aqui uma professora hábil que mui bem educa e instrui meninas, não obsta a que em minha aula conte 16 meninas, de forma que estou comprometido a ser mestre de ambos os sexos; julgo isso para que o método Castilho um belo triunfo. Disponha de que é ele (Método Castilho, 1860, p.2).

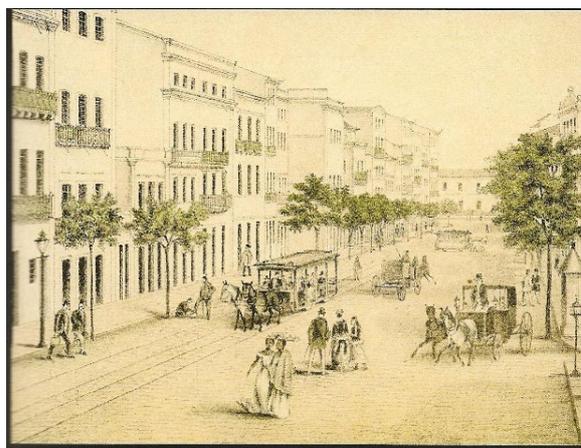
Essa Escola Central do Método Castilho, funcionava das 8 horas até às 15 horas. Esse horário era para evitar que os meninos “[...] andassem sós na rua e em companhia de portadores poucos zelosas” (Aviso, 1856, p. 3), cujo tempo era dividido da seguinte forma: das 8 às 9 escrita, das 9 às 10, contabilidade, das 10 ao meio dia, “leitura continua de prosa e verso, do meio dia à 1 hora nota de cartas e recibos e escrita para os principiantes, de

uma às duas, contabilidade, das 2 às 3 gramática, e leitura continua para os principiantes” (Aviso, 1856, p.3), a noite (terça, quintas e sextas) instruía os professores interessados no uso do Método.

A concessão para seu funcionamento foi dada por Castilho, quando estive em Recife, em seu retorno do Rio de Janeiro para Lisboa. “Foi no dia 8 [de agosto] de 1855 que desembarcando o Exm. Conselheiro Dr. Castilho [...] dignou-se conceder-nos, na qualidade de autor, um diploma para ensinar e preparar mestres para o novo método” (O dia, 1862, p.1).

A partir dessa escola central foram criadas as “escolas filiais”, as mesmas vinham ao encontro da lei regulamentar da instrução pública no art. 88, que concedia a abertura de escolas e salas de aula por esse método. A primeira foi, a do professor Bernardo Ferreira Viana, na rua da Cadeia, 59, em Recife, que Francisco de Freitas Gambôa, cedeu a título de doação “todos os objetos concernentes no estabelecimento de tais escolas, para todas as freguesias desta capital, afinal que em nada serão inferiores à escola centro de Santo Antônio”. “Este bairro era tanto mais extenso, quanto mais denso demograficamente, ocupado por uma população composta, em sua maioria, por trabalhadores pobres” (Clemente, 2013, p. 98).

Figuras 3 e 4 – Rua de Santo Antônio e Rua Cadeira.



Fonte 1: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Antiga_Rua_da_Cadeia,_Recife.jpg.

Fonte 2: Fonte: Clemente (2013).

Essa escola foi criada para evitar que os meninos corressem perigos em atravessar as pontes que cortam a cidade e sujeitos às intempéries do tempo e atendessem as demandas aos sábados que a Escola Central não funcionava. Foram criadas escolas filiais, além de Recife nas cidades de Rio Formoso, Goiana, Nazaré e Vitória. A sexta escola filial, foi criada em 12 de janeiro de 1856, dirigida pelo professor André Alves da Fonseca Junior que em convite publicado n’*O Liberal Pernambuco* (1856), esperava a presença de todos os

professores das demais escolas acompanhando os seus alunos “decorados com a medalha do Exm. Castilho, nas fitas das cores competentes às diferentes escolas, levando cada menino, sendo possível um ramo de flores” (Instalação. 1857, p. 3).

Essa proposta de apresentação vinha ao encontro das recomendações de Castilho, na obra *Diretório para senhores professores das escolas primárias pelo Método Português* (1854), em que nas distribuições de prêmios às escolas, os alunos e convidados deveriam se apresentar na “maior pompa que for possível” (Castilho, 1854, p. 58).

A Escola noturna, criada para atender homens brasileiros e estrangeiros, seguia as diretrizes das aulas da Escola Normal de Marvilla, criada por Luiz Felipe Leite, “foi o único incentivo que nos moveu para dar este curso noturno, em proveito dos nossos concidadãos de ambos os hemisférios” (Gambôa, 1863, p. 1). Para atender as demandas dos professores e alunos dessas instituições, Castilho remeteu

Cinco resenhas alfabéticas, cinco coleções de quadros alfabéticos iluminados, cinco coleções de traslado caligráficos, cinco exemplares de felicidade pela instrução, cinco explicações do que são os papeis vidros, e de como se usa deles, e entre estas cinco explicações outras manuscritas, cinco diretórios par quem houver de ensinar pelo método português (Gambôa, 1863, p. 1).

A sétima foi da professora Priscila S. Mendes Albuquerque, para atender meninas, com o título “Método Castilho”, o *Diário de Pernambuco* (1881), publicou

A abaixo assinada faz ciente ao respeitável público e particularmente aos pais de suas alunas, que no dia 3 de fevereiro, funcionará sua aula já muito conhecida a Rua do Imperador, n. 29, onde continua a receber pensionistas, meio-pensionistas e externas pensionistas e internas. Priscila S. Mendes Albuquerque (Método, 1881, p. 2).

Em 4 de outubro de 1863, a Escola Central comemorou 10 anos da instalação, em cujo relatório Freitas Gambôa descreve o avanço no ensino de leitura e escrita para crianças, e a expansão do método em Pernambuco e

[...] tudo por este método que é o *único simultâneo puro*, tem produzidos os maravilhosos resultados que temos apresentado em públicas exposições, nos salões de Santa Isabel, aos Exms. Presidentes desta província, e numeroso concurso de expectadores. Vantagens que gozam os nossos ilustras colegas D. Priscila, Ramos, Barros, Leite, Silva, Simões e quantos de coração humanitário adotaram este método do ensino pelo amor. Tem, pois, decorrido dez anos de triunfos para o Exm. Sr. conselheiro Antônio Feliciano de Castilho, a quem toca toda a glória deste brilhante resultado. (Escola, 1863, p. 2, grifo nosso)

O levantamento na imprensa pernambucana, nos permite afirmar que o Método Castilho, desde os anos 50 até 1888 foi adotado em Recife, rivalizando com outros métodos, como afirma Clemente, (2013, p. 74, grifo nosso)

Os noventa e nove (99) estabelecimentos de ensino anunciados na coluna 'Publicações a Pedidos' do Diário de Pernambuco, nas terças-feiras, entre 1880 e 1888, distribuíam-se por quarenta e seis (46) diferentes ruas da cidade. Em uma mesma rua, a Rua do Imperador, localizada no bairro de Santo Antônio observamos a existência anunciada de três diferentes métodos de ensino, o Americano, o de João de Deus e o de Castilho.

Por fim, como forma de demonstrar a diferença das escolas pelo Método Castilho das demais, era afixado na entrada das escolas pernambucanas, a frase do professor Rubin, do Ceará em que dizia:

Rindo a escola nos atrai
Tem o mestre em nós amigos
Temos nele amigo e pai (Método Castilho, 1860, p. 2)

5 Considerações Finais

Gonçalves Dias, em suas viagens realizadas a serviço do governo brasileiro, vai a Portugal em busca de rastros documentais sobre o Brasil e, ao mesmo tempo, estudar os métodos de ensino em voga, dentre os quais a *Leitura Repentina* do literato e educador português António Feliciano de Castilho. Segundo o autor, o seu método, tinha a finalidade de por meio de um ensino rápido e agradável, renovar a instrução portuguesa dominada por *métodos antigos* que tornavam as instituições educativas pouca atrativas, que afastava alunos pelo fato de, ao invés de inovar, reproduziam conhecimentos e, em lugar da liberdade, castigos.

Para tanto, propõe uma instrução do ler, escrever e contar em que as palmas, as marchas e o canto deveriam atrair alunos, tornar os professores interessados em ensinar e as escolas em espaços lúdicos, atrativos e de uma aprendizagem menos maçante. Isso também passaria pelas mudanças ortográficas da língua portuguesa que não representava as falas e as expressões cotidianas das populações que não frequentavam os nobres salões, as tertúlias literárias e as academias de artes, letras e ciência.

Essas alterações nos modos de ensinar e aprender na língua, no movimento dos corpos e o uso dos artefatos, como o papel vidro, o tempo de ensinar e de aprender em pouco tempo, foram objetos de críticas e rejeições que se espalharam por todo o território português.

Castilho, desde a sua partida para residir no Açores (1847-1849), por razões financeiras, acalentava o desejo de imigrar para o Brasil por diversos motivos, entre os quais a presença de familiares, a admiração pela família real e por julgar o país promissor de oportunidades. Ao assumir o cargo de comissário da instrução do seu método, aborta a segunda tentativa.

Em 1856, finalmente vem ao Brasil com a finalidade de divulgar o seu método e, se possível, fazer dele uma proposta de ensino nacional com o apoio do Imperador. Ao aportar, reproduz as mesmas estratégias adotadas em sua campanha pedagógica em Portugal; ministra cursos a professores de várias províncias, escreve em jornais do Rio de Janeiro, da Bahia e Pernambuco matérias reproduzidas em periódicos do Maranhão, Ceará e Pará, por exemplo.

No Brasil, como em Portugal, vai enfrentar objeções, principalmente no Rio de Janeiro e Alagoas. Contudo, as rejeições foram menos virulentas e agressivas que em Portugal, e com objetivos diferentes, lá, a disputas entre os “métodos velhos” e o “método moderno”, como Castilho, denomina a sua proposta de ensino. Aqui, o enfretamento pela defesa de um ensino nacional e por questões políticas e, em especial pela disputa entre o seu método e o criado, desde 1834, por Costa Azevedo. Por outro lado, os seus opositores no Brasil, exerciam poderes no campo da instrução; Costa Azevedo que havia sido diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro e Francisco Crispiano Valdonato, professor das princesas imperais, ambos defensores do Método de Jacotot.

Apesar dos seus oponentes, a *Leitura Repentina*, é adotado em várias províncias brasileiras e na capital da Corte e encontrou adeptos e defensores como José Vicente Martins, Augusto Emilio Zaluar, Francisco de Freitas Gambôa, Frederico Costa Rubin, dentre outros. Defensores que fazem uso da imprensa para divulgar o método, abrem escolas e publicam livros que tinham a proposta de Castilho como referência.

Esse movimento educativo de Castilho no território brasileiro, atinge maior alcance na Província de Pernambuco, a partir da Escola Central do Método Castilho, criada por Francisco de Freitas Gambôa, que passa a ser o centro de expansão para outras localidades do Norte, a exemplo do Ceará, Rio Grande do Norte e Pará. Esta afirmativa baseia-se pelo número de escolas centradas na *Leitura Repentina* e pelo quantitativo de notícias, artigos publicados no *Diário de Pernambuco*, *Jornal de Recife* e o *Liberal Pernambucano*, que se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional brasileira. Esses dados, também revelam que a proposta de Castilho, no Brasil, teve uma longa duração, desde o império até os primeiros anos da República e fora adotado em escolas regimentais e noturnas, instituições de caridade (meninas e meninas) e particulares.

Por fim, este texto evidencia a fertilidade do debate sobre os processos de ensino no Brasil no oitocentos, as maneiras pelas quais ocorreu a transposição de modelos peda-

gógicos de outros países, no caso em particular, do Método Castilho, e as disputas entre defensores e críticos que almejavam renovar o ensino e os processos de aprendizagem voltados para os atos de ler, escrever e contar.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. **Métodos de ensino de leitura no Império Brasileiro**: António Feliciano de Castilho e Joseph Jacotot. São Paulo: UNESP, 2023.
- ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de, A favor ou contra Castilho? Rede de apoiadores no império brasileiro, **Cadernos do Arquivo Municipal**. [S. l.], v. 18, 2022. Disponível em: [URL:http://journals.openedition.org/arquivomunicipal/340](http://journals.openedition.org/arquivomunicipal/340). Acesso em: 10. fev. 2025.
- ASSOCIAÇÃO dos professores do Reino e das ilhas. **Instrução Primária**: respostas ao Sr. A. F. de Castilho acerca do Método Português. Lisboa: Tipografia de Silva, 1856, 43p.
- AVISO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3. mar. 1856.
- BAHIA. **Relatório sobre a instrução publica da Província da Bahia. Apresentado ao Illmo e Ex.mo Snr Presidente Comendador Álvaro Tibério Moncorvo e Lima por Abílio**. Bahia. 1856.
- BOTO, Carlota. **A escola primária como rito de passagem**: ler, escrever, contar e se comportar. Lisboa, Editora da Universidade de Coimbra, 2012.
- BOTO, Carlota., ROCHA, Juliano Guerra; ALBUQUERQUE, Suzana. Lopes. de. (2024). João Vicente Martins e o ensino da leitura e da escrita para crianças no Brasil do século XIX. *Revista História da Educação* [S. l.], v. 28, p. 1-18, mar. 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/133542>. 2025. Acesso em: 2 jan. 2025
- CÂMARA dos Deputados. **Diário do Governo**, Lisboa, n.83, 11 de abr. 1853, p.449, coluna 1 e 2.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 21 jun. 1853.
- CASTELO-BRANCO, Fernando. Castilho tenta difundir o seu método de leitura no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, USP, v.3, n.1, p.32-45, 1877.
- CASTILHO, António Feliciano de; PINTO, Francisco António Noberto dos Santos. **Estreias poético-musicais para o ano de 1853**. Lisboa: Tipografia Universal. Rua dos Calafates, 1853.
- CASTILHO, António Feliciano de. **Felicidade pela Instrução**. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1854.
- CASTILHO, António Feliciano de. **Leitura repentina para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos**. Lisboa: Tipografia da Revista Universal Lisboense, 1850.
- CASTILHO, António Feliciano de. **Felicidade pela Agricultura**. Ponta Delgada: Tipografia da Rua das Artes, 1849.
- CASTILHO, António Feliciano de. **Respostas aos Novíssimos Impugnadores do Método Português**. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1909 (Obras completas de A. F. de Castilho).
- CASTILHO, António Feliciano de. **Relatório proposto do conselho da academia para reforma dos estudos da língua portuguesa**, - Programma do Curso de Portuguez do Lyceu [Manuscrito] / Delfim Maria d'Oliveira Maya; [António Feliciano de Castilho]. Academia de Ciências de Lisboa.1853. Cota: Azul 1243.

- CASTILHO, António Feliciano de. **Respostas aos Novíssimos Impugnadores do Método Português**. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1909 (Obras completas de A. F. de Castilho, v.2).
- CASTILHO, António Feliciano de; LEITE, Luiz Filipe. **Revista da Instrução Pública para Portugal e Brazil**. Lisboa: Imprensa União-Typographica, 1857.
- CASTILHO, António Feliciano de. **Diretório para os senhores professores das escolas primárias pelo Método Português**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854.
- COLÉGIO Januário. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 21 jun. 1853.
- CLEMENTE, Jacilene dos Santos. **Culturas escolares em Recife (1880-1888)**. Recife, 2013. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Recife, 2013.
- DIÁRIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 jun, n.47, 1853.
- DIÁRIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 jan. n. 63, 1855.
- DIAS, Gonçalves. Cartas de Gonçalves Dias a Pedro II. Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, 1858.
- EXTERIOR. **O Constitucional**: folha política, literária e comercial., Pernambuco, 17 maio 1853, n. 33, ano 2
- ESCOLA Filial do método Castilho. Recife, **O Liberal de Pernambuco**, 20 set.1856.
- ESCOLA Central do Método Castilho. **Diário de Pernambuco**, 14 de outubro de 1863.
- GAMBÔA, Francisco de Freitas, **Diário de Pernambuco**, 24 de nov. 1863.
- IBIRAPITANGA, António Gentil. **Compêndio ortográfico para uso dos meninos na instrução pública pelo Método Castilho**. Bahia: Tipografia de E. Pedroza, 1855.
- IBIRAPITANGA, António Gentil. **Coleção de regras e exercícios para o ensino das primeiras letras pelo Método Castilho em parte alterados conforme a pronuncia brasileira**. Bahia: Tipografia de Camillo de Lellis Masson & C. 1855. 39 p.
- IBIRAPITANGA, António Gentil. **Coleções de lições de manuscritos coligidos do Método Castilho**. Bahia: Tipografia de Camillo de Lellis Masson & C. 1855. 16 p.
- INSTALAÇÃO. Recife, **O Liberal Pernambucano**, p. 3, 12 de janeiro de 1857.
- LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon maranhense**: ensaios biográficos sobre maranhenses ilustres já falecidos. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo III 1874.
- LEITURA repentina. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1855.
- MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao branco**: escola e modernização – século XVII-XX. Lisboa: Educa, 2010.

MARTINS, João Vicente. **Cartilha de leitura repentina ou plágio do Método Castilho**. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Viana Júnior, 1854

MÉTODO Castilho. **O Liberal Pernambuco**, Recife, 26 fev. 1860,

MÉTODO Castilho, Publicações a Pedidos, **Diário de Pernambuco**, Ano 57, n. 19, terça-feira, 25 jan. 1881.

MÉTODO Castilho. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 mar. 1881.

NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto. **Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares; correspondência oficial relativa ao Iris Clássico**, 2. Ed., Rio de Janeiro: Tipografia e Livraria de B.X de Sousa, 1860.

O CARTISTA dos Açores, 1847, p. 34).

O DIA 8 de agosto e o método Castilho. **Diário de Pernambuco**, 10 de agosto de 1962.

SODRÉ, Alcindo. Pedro II e os intelectuais portugueses. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis v.8, 1947.

Recebido em junho/2024 | Aprovado em janeiro/2025

MINIBIOGRAFIA

Cesar Augusto Castro

Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1988). Mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1993). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Pós Doutor em Educação pela USP (2006), Universidade do Porto (2011), Universidade de Lisboa (2022) e Universidade de São Paulo (2023). Docente permanente dos Programas de Pós-graduação em Educação da UFMA e UFPA e Curso de Graduação de Biblioteconomia (UFMA). E-mail: cesar.castro@ufma.br